

ANEXO I
REGULAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre o Conselho Consultivo de Comunicação Social (Conselho de Comunicação), instituído pelo Ato do Presidente de 24/5/2019.

§ 1º O Conselho de Comunicação é órgão consultivo de assessoramento vinculado à Presidência da Câmara dos Deputados.

§ 2º Ato do Presidente da Câmara dos Deputados disporá sobre as competências, a composição e a Secretaria Executiva do Conselho de Comunicação.

Art. 2º Compete ao Conselho de Comunicação:

I – apreciar e emitir parecer opinativo acerca da proposta de Política de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, elaborada pelas Secretarias de Comunicação Social e de Participação, Interação e Mídias Digitais, observados os princípios estabelecidos no Ato da Presidência de 24/5/2019;

II – zelar pelo cumprimento da Política de Comunicação Social aprovada;

III – sugerir ações, correções e recomendações, no campo das comunicações, a serem implementadas pelos órgãos da Câmara dos Deputados, em conformidade com a Política de Comunicação Social aprovada;

IV – discutir a abordagem de assuntos de relevância social ou em debate na Câmara dos Deputados;

V – ouvir especialistas, elaborar e solicitar estudos, além de emitir opiniões sobre matérias de interesse em sua área de competência.

CAPÍTULO II
DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 3º Os membros representantes da sociedade civil serão indicados pelo Presidente do Conselho de Comunicação e designados pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

Art. 4º Os membros representantes da sociedade civil podem renunciar a qualquer tempo mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

Art. 5º Compete ao Presidente do Conselho de Comunicação:

- I - ordenar e dirigir os trabalhos do Conselho;
- II - convocar e presidir suas reuniões;
- III - designar a Ordem do Dia das reuniões, com antecedência, sempre que possível, de pelo menos 8 (oito) dias;
- IV - fazer observar, nas reuniões, a Constituição, as leis, normas da Casa e este Regulamento;
- V - dar conhecimento ao Conselho de toda comunicação recebida;
- VI - determinar o destino do expediente lido;
- VII - decidir as questões de ordem;
- VIII - desempatar as votações;
- IX - orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devam versar;
- X - promulgar decisões no âmbito de suas atribuições;
- XI - representar o Conselho perante a Câmara dos Deputados, demais Poderes e autoridades;
- XII - promover a publicação das atas das reuniões no portal da Câmara dos Deputados;
- XIII - assinar o expediente do Conselho;
- XIV - assinar a correspondência dirigida pelo Conselho a autoridades;
- XV - designar relatores entre os membros para temas submetidos à apreciação do colegiado.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 6º As reuniões do Conselho de Comunicação serão ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º As reuniões ordinárias serão trimestrais.

§ 2º As reuniões extraordinárias do Conselho de Comunicação poderão ser convocadas:

- I - pelo Presidente do Conselho, *ex officio*; ou
- II - pelos Conselheiros Deputados, conforme o § 8º do art. 3º do Ato do Presidente de 24/5/2019.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho de Comunicação definir a pauta das reuniões do colegiado.

Parágrafo único. A pauta das reuniões do Conselho de Comunicação poderá incluir tema requerido por membro representante da sociedade civil, desde que o pedido seja apresentado à Secretaria Executiva até 3 (três) dias antes da reunião.

Art. 8º As reuniões do Conselho de Comunicação serão públicas, poderão ser transmitidas ao vivo pelos meios de comunicação da Casa e poderão dispor de ferramentas de transparência e participação popular.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Executiva definir a forma de encaminhamento das contribuições recebidas por meio das ferramentas referidas no *caput*.

Art. 9º Nas reuniões do Conselho, ausente ou impedido o Presidente, a presidência será exercida, sucessivamente, na ordem dos titulares constantes dos incisos II a V do *caput* do art. 3º do Ato do Presidente de 24/5/2019.

Art. 10. É assegurado a todos os membros do Conselho de Comunicação fazer uso da palavra por no mínimo 10 (dez) minutos em cada reunião, prorrogáveis a critério do Presidente.

CAPÍTULO V DAS ATAS DAS REUNIÕES

Art. 11. Compete à Secretaria Executiva elaborar ata circunstanciada de cada reunião do Conselho de Comunicação.

Parágrafo único. A ata, uma vez aprovada, será publicada no sítio da Câmara dos Deputados.

• **Art. 12.** Constitui direito dos membros do Conselho de Comunicação fazer constar em ata sua posição contrária sobre qualquer tema.

CAPÍTULO VI DO QUORUM DE VOTAÇÃO

Art. 13. Salvo o disposto no art. 14, as deliberações do Conselho de Comunicação serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta da sua composição.

Parágrafo único. As votações serão sempre ostensivas e as abstenções somente serão computadas para efeito de quórum.

Art. 14. A aprovação do parecer opinativo acerca da proposta de Política de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, bem como de

eventuais Planos de Trabalho e Relatórios de Avaliação, dependerá da presença de, pelo menos, dois terços dos membros deputados e de dois terços dos membros representantes da sociedade civil.

Parágrafo único. Respeitado o quórum de presença estabelecido no *caput*, a aprovação dos documentos mencionados ocorrerá por maioria simples de votos.

CAPÍTULO VII
DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGULAMENTO

Art. 15. Este Regulamento poderá ser modificado, a qualquer tempo, diretamente pelo Presidente da Câmara dos Deputados ou por sugestão do Conselho de Comunicação.

Parágrafo único. Mediante proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação poderá editar resoluções complementares cuja produção de efeitos ficará condicionada à aprovação do Presidente da Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os trabalhos, atos, documentos, reuniões e deliberações do Conselho de Comunicação deverão ser publicados no sítio da Câmara dos Deputados, garantindo seu acompanhamento pelo público em geral.

Art. 17. Compete à Secretaria Executiva, no âmbito de suas competências, a implementação das decisões do Conselho de Comunicação.

Art. 18. Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Art. 19. O art. 3º do Ato do Presidente de 24/5/2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:

- “Art. 3º
-
- VI - o Diretor-Executivo de Comunicação e Mídias Digitais;
- VII - (REVOGADO);
- VIII - quatro membros da sociedade civil, escolhidos conforme critérios estabelecidos no § 4º;
-

§ 4º Os membros da sociedade civil deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, indicados pelo Presidente do Conselho e designados pelo Presidente da Câmara dos Deputados, sendo um representante para cada um dos seguintes grupos:

.....

§ 5º Aos membros representantes da sociedade civil, aplicam-se as seguintes disposições:

I - (REVOGADO);

.....

IV - deverão ser substituídos após condenação em processo judicial transitado em julgado, ausência injustificada a três sessões do Conselho durante o período de doze meses ou, a qualquer tempo, por decisão do Presidente da Câmara dos Deputados.

§ 6º (REVOGADO).

.....

§ 9º A Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais funcionará como Secretaria executiva do Conselho.

§10. (REVOGADO).” (NR)

Art. 20. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.